

FOTO

Documentação

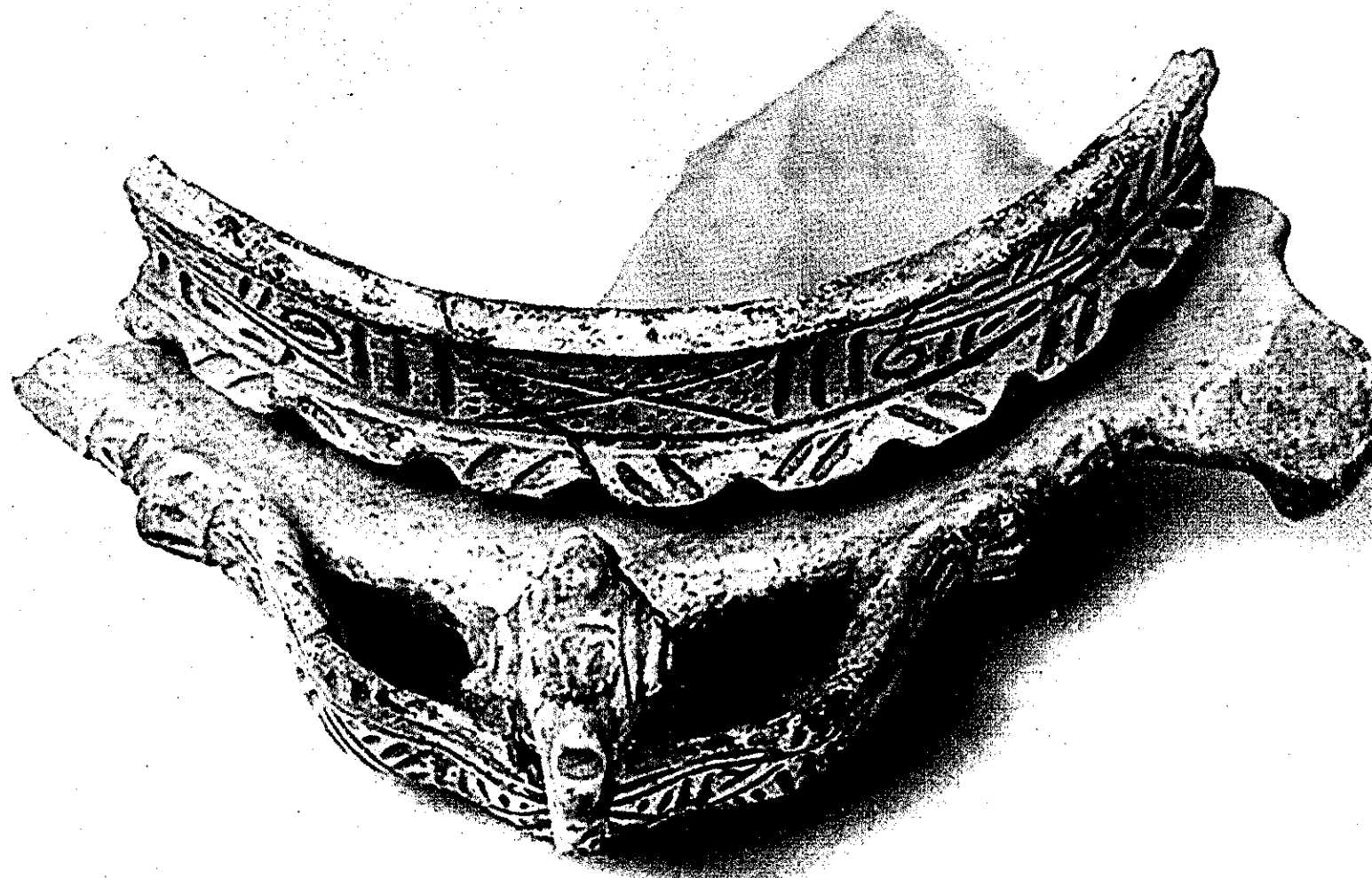
SOCIOAMBIENTAL FSP (Maisl.)

Fonte

Data 28/4/2002 Pg 24-25

Class. 64

+ ciência



Fragmento de vaso cerâmico da cultura tapajônica, que habitou a região de Santarém, no Pará, do século 11 até o século 18, quando foi extinta pela colonização portuguesa

A política das amazonas

Arqueóloga encontra no Pará vestígios de uma cultura indígena desconhecida, que podem ajudar a esclarecer como os índios tapajós se relacionavam com os povos vizinhos

Claudio Angelo
editor-assistente de Ciência

À primeira vista, a coleção de pequenos cacos de cerâmica que repousa sobre uma bancada num laboratório do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP não impressiona muito. Os fragmentos não ultrapassam os 15 centímetros de diâmetro e são destituídos de pinturas, decorações elaboradas ou qualquer outro indício de que tenham sido produzidos por alguma civilização tecnologicamente adiantada.

No entanto, esses mesmos caquinhos desenhados podem ajudar os pesquisadores a responder questões fundamentais sobre as ditas sociedades complexas que habitaram a Amazônia entre o século 4º e o século 16, e cuja própria existência é motivo de debates inflamados entre os cientistas. A aposta é da arqueóloga Denise Ca-

valcante Gomes, do MAE. Ela vem estudando os fragmentos cerâmicos e instrumentos de pedra que desenterrou ao longo do último ano em Parauá, uma comunidade rural a 120 quilômetros ao sul de Santarém, no Pará. Gomes acha que a região esconde informações preciosas sobre a mais emblemática — e uma das menos conhecidas — culturas da Amazônia pré-cabralina: a tapajônica, que produziu a elaborada cerâmica Santarém e que foi relacionada pelos primeiros cronistas europeus à lenda das Amazonas, as mulheres guerreiras da mitologia grega que acabaram dando nome ao maior rio do mundo.

Por estarem na periferia da área onde tradicionalmente têm sido desenterrados objetos típicos dos tapajós, os sítios arqueológicos da área de Parauá trazem pistas sobre as relações daquele povo com os vizinhos.

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: FSP (Mans!)

Data: 28/4/2002 Pg 25

Class.: 64

Raphael Falavigna/Folha Imagem



Denise Gomes segura fragmento de vaso em estilo Santarém achado por ela no Pará

De quebra, também deverão apimentar a sopa de teorias propostas desde a década de 50 para explicar a presença de padrões culturais complexos na floresta tropical, um ambiente tido como pouco propício à expansão demográfica e ao desenvolvimento tecnológico, por consequência.

Os primeiros europeus a visitar a foz do rio Tapajós (atual cidade de Santarém) entre os séculos 16 e 17 certamente não concordariam com a idéia de que o ambiente amazônico não comporta nenhum tipo de sociedade indígena muito mais organizada que as que se vêem hoje na região. “É a maior vila e povoação que por este distrito conhecemos até agora”, relatou o ouvidor português Maurício Heriarte, que navegou pela região em 1662. “Bota de si 60 mil arcas quando manda dar guerra, e, por ser muita a quantidade dos índios tapajós, são temidos dos demais índios e nações, e assim se têm feito soberanos daquela distrito.”

Lenda Antes de Heriarte, em 1542, o frade espanhol Gaspar de Carvajal também relatara um encontro —bem menos amistoso— com os habitantes de Santarém. Carvajal narra a morte de um companheiro de expedição pelas flechas envenenadas dos tapajós: “Não durou 24 horas, e deu a alma a Nosso Senhor”. A destreza das mulheres de Santarém no manejo das armas provavelmente alimentou nos miolos do cronista, já bastante afetados pelo calor, a visão das míticas amazonas.

Ao que tudo indica, a sociedade tapajônica exerceu influência sobre um território extenso no baixo Amazonas e no Tapajós. Vestígios da elaborada cerâmica cerimonial produzida por aquele povo indicam uma organização social bem maior do que a das sociedades amazônicas atuais — que teria sido minada pela conquista — e foram encontrados numa área de 180 mil km².

O grande problema de Santarém, assim como o das demais sociedades complexas da Amazônia, é que ela bem pode ter sido produto de uma degeneração, não de um avanço. Alguns arqueólogos acham que os tapajós e outros povos contemporâneos a eles, como os marajoaras, eram na verdade imigrantes recentes dos Andes que não conseguiram se estabelecer na selva. Trouxeram consigo inovações culturais —como a produção de vasilhas coloridas e decoradas e a tecelagem— e desapareceram tão depressa quanto chegaram. Os solos pobres e a falta de animais domesticáveis na Amazônia teriam impossibilitado a sua expansão demográfica.

A hipótese foi proposta pela arqueóloga americana Betty Meggers, que escavou na Amazônia na década de 50. Desde então, tem sido testada e refutada, ao menos em parte. A teoria das migrações andinas, por exemplo, está praticamente rejeitada: evidências obtidas nos últimos 20 anos levam a crer que a cerâmica decorada da Amazônia foi produto local.

Outra hipótese que parece condenada é a de que todas

as aldeias pré-históricas da Amazônia eram pequenas. Um único sítio na várzea do Amazonas escavado pela equipe de Eduardo Góes Neves, também do MAE, poderia ter abrigado até 10 mil pessoas. “Um dos sítios que eu encontrei em Parauá tem 700 metros de diâmetro”, contou Denise Gomes à Folha. “Um outro tem 400 metros, e eu tenho quase certeza de que ele seja um setor do sítio maior. E isso porque eles estão numa área de mata de terra firme, que é considerada [ecologicamente] mais pobre que a várzea”, disse.

No entanto, a duração das ocupações nos grandes assentamentos ainda é um ponto em aberto, principalmente na região da cultura tapajó, cujos limites ainda são, na sua maior parte, desconhecidos. Também não se sabe como os tapajós chegaram a dominar uma área tão grande: o mesmo povo ocupava toda a região e falava a mesma língua? Havia um poder central e tribos subordinadas? Ou havia simplesmente uma extensa rede comercial pré-colonial, pela qual objetos —e influência política— subiam e desciam o rio de uma tribo a outra?

Releitura A pesquisadora da USP aposta nas duas últimas hipóteses. Após quatro anos analisando a coleção de cerâmica tapajônica do MAE para sua dissertação de mestrado —que acaba de ser publicada pela Edusp em forma de livro, sob o título de “Cerâmica Arqueológica da Amazônia”—, Gomes começou a reconhecer um estilo próprio de produção de potes dos artesãos de Santarém. “Você vê que esse estilo difere de todas as outras cerâmicas da região, e permite dizer que uma peça saiu [da cidade] de Santarém. E há indicações de que ele estava sendo copiado por outras comunidades.”

A idéia começou a ser testada em campo em maio do ano passado, com a localização dos dois sítios em Parauá, a 5 quilômetros da margem esquerda do Tapajós —a maioria dos sítios com cerâmica Santarém estão na margem direita. “Eu queria um lugar distante, na periferia, justamente para entender como a zona central de Santarém se relacionava com o resto.”

O que Gomes encontrou foram vestígios de uma cultura até então desconhecida. As escavações revelaram cacos de cerâmica e alguns instrumentos de pedra, como machadinhas, com marcas de uso prolongado. Essa

cultura, no entanto, “não tem nenhuma associação com Santarém”, segundo Gomes. As peças de barro pertencem ao chamado estilo barrancóide, que teria precedido as sociedades complexas amazônicas. Essa “escola” de artesanato é marcada por peças simples, com incisões feitas nas bordas e sem pintura colorida. “O que eu encontrei foi uma típica sociedade de floresta tropical, sem muita diferença das de hoje”, diz.

Alguns detalhes no sítio, no entanto, sugerem algo mais que uma simples tribo isolada de pescadores e comedores de mandioca. Alguns dos fragmentos de cerâmica presentes em meio à miscelânea de peças bar-

rancóides têm exatamente o mesmo estilo das peças tapajônicas. Não as “clássicas”, provenientes de Santarém, mas as tais “releituras” feitas provavelmente por outros grupos da região. “Você vê que tem diferença”, diz Gomes, enquanto passa os dedos pela borda de um pedaço de vaso, cheia de sulcos. “Em Santarém eles não faziam isso”, afirma a arqueóloga.

Até agora só foram encontrados dois cacos claramente associados ao estilo da “escola” Santarém. Gomes descarta que eles tenham ido parar no sítio barrancóide por acidente, ou em um período posterior. “Estavam exatamente no mesmo nível. Foram usados junto com o resto das peças”, afirma.

Mas o que chama mesmo a atenção são os instrumentos líticos, uma vez que aquela região do Tapajós não tem nenhuma jazida de rochas. “As peças estão desgastadas demais, o que indica que não deveria ser fácil conseguir pedras por ali. Eles usavam até o toco”, diz.

Os resultados preliminares das análises de Gomes, assim como duas datações obtidas para os sítios de Parauá (uma do ano 1200 e outra do ano 1300 d.C, o auge da cultura tapajônica), parecem indicar que mesmo uma tribo menos adiantada tecnologicamente fazia parte de algum tipo de rede regional de trocas. “Esses caras claramente não estavam isolados”, afirma. O nó central dessa malha pré-colonial provavelmente era a aldeia de Santarém, que produziu uma ideologia —traduzida pela cerâmica— que foi incorporada pelas tribos “satélites” de ambas as margens do Tapajós. Essas tribos não falavam necessariamente a mesma língua dos moradores de Santarém (que, aliás, ninguém sabe qual era), mas mantinham com a “capital” uma comunicação constante e, ao que tudo indica, vital.

Se a hipótese proposta por Gomes vai se confirmar é coisa que não se sabe. Os dados obtidos até agora também não permitem estabelecer como Santarém integrava as outras aldeias: se na base de um “despotismo esclarecido”, como fizeram os incas, no Peru, ou sob ameaça militar —há relatos coloniais inclusive da prática de escravidão no Tapajós. Seja como for, o conceito de tribos isoladas no meio do “inferno verde” da Amazônia parece condenado a sumir da pré-história.